



ROMI S.A. TRADIÇÃO EM INOVAR

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

www.romi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2015

Prezados Senhores:
Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras das Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Marcado pela fraca atividade econômica devido à incerteza que ronda o mercado desde 2014, o ano de 2015 continuou demonstrando uma consistente desaceleração da atividade econômica e, principalmente, da indústria nacional. Esse cenário, com alto grau de incerteza, desestimula a expansão dos negócios e impacta negativamente os níveis de investimento no País. Por outro lado, a recente desvalorização do real (R\$) perante o dólar norte-americano (US\$) fez com que fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos se tornassem mais competitivos quando comparados aos equipamentos importados. A indústria nacional como um todo, diante da desvalorização da moeda brasileira, tem a possibilidade de se tornar mais competitiva no Brasil e no exterior. Contudo, o cenário de incertezas prejudica e adia potenciais planos de internacionalização de peças atualmente importadas.

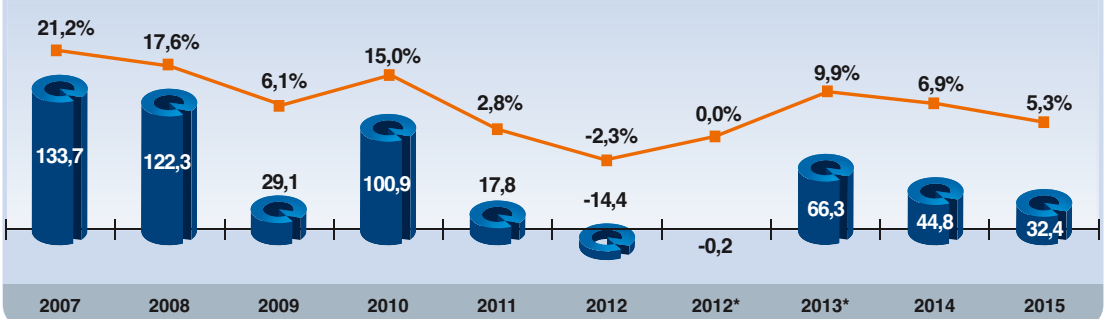
1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receta Operacional Líquida

A Receta Operacional Líquida auferida em 2015 foi de R\$ 606,6 milhões, 6,5% inferior ao registrado em 2014. O mercado doméstico foi responsável por 59% deste montante. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e B+W) foi de US\$ 68,0 milhões, montante 18,1% inferior ao alcançado em 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de pedidos totalizava R\$ 243,5 milhões, montante 13,2% abaixo da carteira ao final do 4º trimestre, demonstrando os desafios a serem enfrentados nos próximos trimestres, seja de adequação da produção a esse nível de produção, seja de buscar mercados que demandem os produtos Romi. Em 2015, a entrada de pedidos foi de R\$ 487,4 milhões, montante 29,6% inferior ao obtido no ano de 2014.

Margens
Em 2015, a margem bruta foi de 22,8%, 3,1 pontos percentuais abaixo do obtido em 2014. Do total da receita, a participação da unidade de Fundidos e Usinados, que devido ao tipo de negócio tem uma margem bruta menor, aumentou de 15,1% para 22,4%, causando uma pequena diminuição na margem consolidada da Companhia.



*Os valores apresentados em 2012 e 2013 desconsideram os resultados obtidos pela Romi Itália, subsidiária italiana da Companhia, cuja liquidação ocorreu em 18 de setembro de 2013.

Resultado Líquido

O lucro líquido do ano de 2015 atingiu R\$ 7,4 milhões.

2. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2014 foram investidos R\$ 16,9 milhões, sendo destinados, em parte, para a manutenção, produtividade e modernização do parque industrial, dentro do plano de investimento previsto para o ano de 2014.

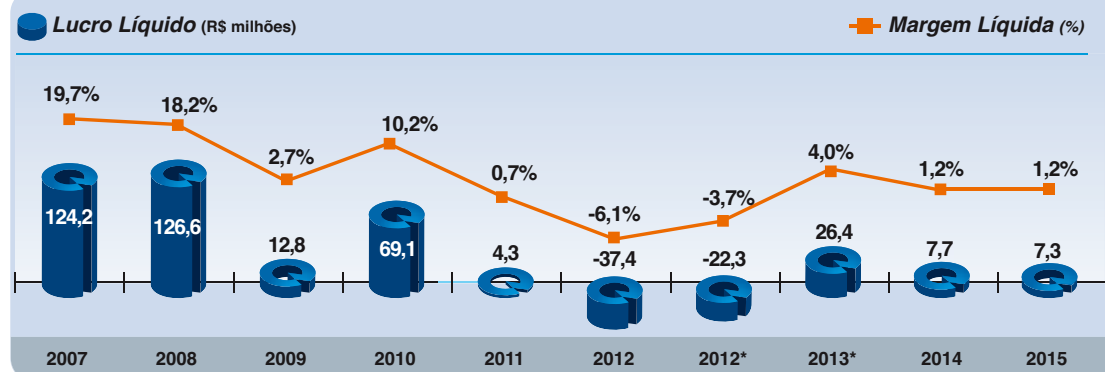
3. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

4. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Conseqüentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&FBovespa. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	102.580	106.170	144.581	145.580
Duplicatas a receber	4	56.010	62.731	122.126	105.923
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	120.908	173.575	120.908	173.575
Estoques	6	192.596	209.832	267.786	262.035
Partes relacionadas	8	33.022	27.400	-	492
Impostos e contribuições a recuperar		20.837	15.640	24.564	17.892
Outros créditos		21.695	18.406	23.208	21.028
		547.648	613.754	703.173	726.525
Não Circulante					
Duplicatas a receber	4	8.941	8.700	8.941	8.700
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	99.541	132.239	99.541	132.239
Partes relacionadas	8	798	44.442	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		1.203	1.682	1.203	1.682
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	48.738	47.076	48.738	47.128
Depósitos judiciais	14	986	1.471	986	1.471
Outros créditos	5	6.575	23.878	6.957	24.481
		166.782	259.488	166.366	215.701
Investimentos em controladas e coligadas	7	172.667	111.808	-	2.329
Imobilizado	10	199.822	171.171	277.809	278.400
Propriedade para Investimento	9	15.978	14.211	17.000	19.875
Intangível	11	473	2.608	55.368	46.166
		555.832	602.286	516.543	562.471
Total do Ativo		1.103.480	1.216.040	1.219.716	1.288.996

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais - R\$

Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante					
Capital social	12	41.857	100.716	45.825	104.916
Reserva de capital	13	82.785	133.024	82.785	133.024
Reserva de lucros		20.330	20.758	28.400	30.992
Salários e encargos sociais		17.656	16.429	20.834	19.291
Impostos e contribuições a recolher		2.144	3.957	6.354	6.610
Adiantamentos de clientes		11.614	11.418	37.851	40.928
Dividendos e juros sobre o capital próprio		1.487	1.719	1.487	1.719
Participações a pagar		527	575	527	575
Outras contas a pagar		6.347	6.953	23.499	14.243
Provisão para passivo a descoberto - controlada	7	4	25.356	-	-
Partes relacionadas	8	634	595	-	1.081
		185.385	321.500	247.562	353.379
Não Circulante					
Capital social	12	152.227	129.718	170.817	143.405
Reserva de capital	13	92.124	117.053	92.124	117.053
Reserva de lucros		539	1.133	545	1.133
Salários e encargos sociais		2.457	4.099	2.457	4.099
Impostos e contribuições a recolher		29	-	505	350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	247.376	252.003	229.159	291.416
		432.761	573.503	546.721	644.835
Total dos Passivos		648.146	805.013	794.283	998.214
Patrimônio Líquido					
Capital social	16	492.025	489.973	492.025	489.973
Reserva de capital	16	-	2.052	-	2.052
Ações em tesouraria	16	(5.078)	(10.349)	(5.078)	(10.349)
Reserva de lucros	16	140.721	146.301	140.721	146.301
Reserva de lucros	16	43.051	14.560	43.051	14.560
Ajuste de avaliação patrimonial	16	670.719	642.537	670.719	642.537
		1.103.480	1.216.040	1.219.716	1.288.996

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	22	408.299	493.593	606.632
Custos dos produtos e serviços vendidos	23	(320.500)	(274.135)	(468.605)
Lucro bruto		87.799	119.458	138.027
Recargas (despesas) operacionais				
Com vendas	23	(46.771)	(53.748)	(69.761)
Gerais e administrativas	23	(39.954)	(39.439)	(68.059)
Pesquisa e desenvolvimento	23	(18.235)	(19.824)	(19.824)
Participação e honorários da Administração	8 e 23	(5.282)	(6.315)	(5.380)
Resultado de participações societárias	7	14.160	5.204	-
Outras receitas operacionais, líquidas	25	1.112	1.224	21.366
		(94.970)	(112.898)	(140.069)
		(7.171)	(6.566)	(2.242)
Lucro (prejuízo) operacional		112.829	112.898	112.898
Recargas (despesas) financeiras				
Recargas financeiras	24	17.142	12.497	19.212
Despesas financeiras	24	(20.047)	(11.882)	(20.958)
Vanuação cambial, líquida	24	12.726	1.384	12.643
		9.821	1.999	10.897
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		112.829	112.898	112.898
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.604)	(1.324)	(1.509)
Lucro líquido do exercício		6.254	7.235	7.346
Atribuível a:				
Participação dos acionistas controladores			6.254	7.235
Participação dos acionistas não controladores				435
Lucro líquido básico e diluído por ações em reais - R\$	16	0,09	0,10	0,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

Saldo em 1º de janeiro de 2014	Atribuído à participação dos controladores		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores		Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Reserva legal	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	489.973	2.052	-	95.249	14.482	140.784	-	-	648.235
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.235	7.235	435	15.426
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	(866)	(866)	-	-	(866)
Total dos resultados abrangentes reconhecido do exercício	-	-	-	-	(866)	(866)	7.235	435	6.705
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	(10.349)	-	-	-	(10.349)	-	(10.349)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	362	362	-	-	362
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(499)	(499)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.718)	-	(1.718)
Transferência entre reservas	-	-	-	5.155	-	5.155	(5.155)	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(10.349)	5.155	362	5.517	(7.235)	(499)	(12.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	489.973	2.052	-	104.859	14.142	146.301	-	-	642.537
Saldo em 1º de janeiro de 2015	489.973	2.052	(10.349)	104.859	14.442	146.301	-	-	642.537
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.235	7.235	435	15.426
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(866)	-	-	(866)
Total dos resultados abrangentes reconhecido do exercício	-	-	-	-	-	(866)	7.235	435	6.705
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	(10.349)	-	-	-	(10,349)	-	(10,349)
Cancelamento das ações em tesouraria de emissão própria	2.052	(2.052)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	313	313	-	-	313
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(440)	(440)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(1.485)	(1.485)
Transferência entre reservas	-	-	-	4.456	-	4.456	(4.456)	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(5.271)	4.456	313	4.582	(6.254)	(440)	(7.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	492.025	2.052	(5.078)	98.966	14.755	147.121	-	-	670.719

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.650	8.559	8.855	12.331
Depesas (receitas) financeiras e variação cambial, não realizadas	24	(5.040)	826	4.741	4.127



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63



www.romi.com.br

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

de câmbio vigentes (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referência constante são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da avaliação de ativos e passivos financeiros, não são reconhecidos em demonstrações financeiras no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros acumulados até a data-base do balanço, sendo o saldo apresentado líquido dos recursos nas contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Financiamentos", no passivo circulante, se aplicável. **2.5. Ativos financeiros:** (a) **Classificação:** a Companhia classifica seus ativos financeiros, no balanço patrimonial, em empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. No caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), duplicatas a receber (Nota 5), valores a receber - repasse FINEAM Fabricante (Nota 6), outros créditos, partes relacionadas e depósitos judiciais. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não é contingente em eventos futuros e deve ser aplicado no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolência ou falência da empresa ou da contraparte. (b) **Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados com base na data do balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluídos os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Duplicatas a receber:** As duplicatas a receber de clientes correspondem, substancialmente, aos valores a receber de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As duplicatas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.7. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os custos puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.10. Intangíveis:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou o método que reflete o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 11). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados no resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.11. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída - ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não foi recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso do ativo e do valor de venda estimado no final da sua vida útil. Normalmente, a indicação de uma reversão da recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual reversão dos custos dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação a perdas incorridas no valor do ativo, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão dessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentava na data da reversão, supondo-se que a reversão não foi dada se registrada. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são classificadas como passivos circulantes se o prazo de vencimento é inferior a 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relacionados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos com vigência na data das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios em que o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos quando as taxas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças tributárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e seu saldo na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto devido ao resultado a menos que os impostos possam estar relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há direito legal e a intenção de compensação quando da apuração dos tributos correntes, em geral em conformidade com a legislação e as mesmas autoridades fiscais. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades e em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.16. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17). **2.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores contábeis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.18. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado. Líquido de imposto de renda a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), e o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou resgatadas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.19. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.20. Reconhecimento de receita de vendas de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. (a) **Venda de produtos:** As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável e confiável. A Companhia não detém maior controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, e os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesa de venda. A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.21. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade provável de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança. **2.22. Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.23. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração; a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente; (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida, anualmente; e (c) Companhia testa eventos passados (impairment) dos ativos de vida útil indefinida, e quando necessário, realiza teste de eventos passados (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.11). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas

estão descritas na Nota 2.7. (d) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5. (b) (e) Imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.15), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.21). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.24. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:** (a) **Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. (i) IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"; essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui as IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Controladora		Consolidado	
31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa e depósitos em conta corrente	5.529	1.538	26.267
Certificado de depósito bancário ("CDB") (a)	65.655	54.391	121.164
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	32.025	49.218	33.775
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US\$ (Time deposits)	2.413	-	2.413
Outros	958	1.023	962
Total	102.580	106.170	144.581

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

Controladora		Consolidado	
31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante			
Clientes no país	55.271	59.549	73.085
Certificado de depósito bancário ("CDB") (a)	3.414	5.945	127.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.675)	(2.763)	(8.064)
Total	56.010	62.731	122.126

Circulante
 Clientes no país
 Certificado de depósito bancário ("CDB") (a)
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Não circulante
 Clientes no exterior
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Controladora		Consolidado	
31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valores a vencer:			
Vencidos:	43.486	47.933	98.007
De 1 a 30 dias	5.112	9.733	7.833
De 31 a 60 dias	1.774	1.788	3.712
De 61 a 90 dias	627	471	1.807
De 91 a 180 dias	1.435	700	2.934
De 181 a 360 dias	3.325	1.637	7.352
Mais de 360 dias	3.926	2.232	8.445
Total	15.199	17.561	32.183
Total	58.685	65.494	130.190
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.675)	(2.763)	(8.064)
Total	56.010	62.731	122.126

Em 31 de dezembro de 2015, contas a receber de clientes no valor de R\$ 12,145 milhões, R\$ 14,430 milhões (Controladora) e R\$ 23,740 milhões (R\$ 19,884 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impairmed*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2015, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
2015	2014	2015	2014
Valores a vencer:			
2017	7.696	7.696	7.696
2018	1.229	1.229	1.229
2019	8.941	8.941	8.941
Total - não circulante	17.866	17.866	17.866

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	3.131	2.195	8.067
Créditos provisionados no período	1.198	1.429	1.879
Créditos baixados definitivamente da posição	(1.275)	(493)	(1.214)
Varição cambial	56.010	62.731	84.443
Saldo em 31 de dezembro	3.054	3.131	8.067

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impairmed* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos *impairmed*.

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINEAM FABRICANTE

Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante			
FINAME a vencer	95.640	148.137	148.137
FINAME aguardando liberação (a)	399	1.347	1.347
FINAME em atraso (b)	37.230	37.308	37.308
Total	133.269	186.792	186.792
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.361)	(13.217)	(13.217)
Total	120.908	173.575	173.575

Circulante
 FINAME a vencer
 FINAME aguardando liberação (a)
 FINAME em atraso (b)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Total

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

	País	Objetivo principal
1. Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
2. Romi Reino Unido Ltd. (controlada indireta - 100% de participação)	Reino Unido	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
3. Romi França SAS (controlada indireta - 100% de participação)	França	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
4. Romi Espanha S.A. (controlada indireta - 100% de participação)	Espanha	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
5. Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	Distribuição de máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
6. Romi Alemanha GmbH ("B+W") (controlada indireta - 100% de participação)	Alemanha	Distribuição de máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
7. Romi China (Riello Shanghai) Trade Co., Ltd. (coligada indireta - 30% de participação)	China	Empresa alemã em 26 de agosto de 2015.
8. Romi China (Weber/Romi Shanghai) Co., Ltd. (controlada indireta - 100% de participação)	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
9. Romi Estados Unidos (Burkhardt + Weber LLC)	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
10. Romi Brasil (Rominox Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominox"))	Brasil	Atividade imobiliária, intermediação de negócios imobiliários e prestação de franquias e avais.
11. Romi Estados Unidos (Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools"))	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
12. Romi Brasil (Rominox Empreendimentos Imobiliários S.A. (anteriormente denominada INTEROCEAN))	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
13. Romi Uruguai (Romi A.L.)	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
14. Romi México (Insa Mexicos S de R L de C.V. (anteriormente denominada Sandretto México))	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.

Romi Itália e Controladas (1)		Romi Europa Controladas (2)		Rominox (3)		Romi Machine Tools (4)		Romi Empreendimentos (5)		Romi A.L. (6)		IRSA Mág México (7)		Total	
Investimentos:	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
Participação do capital social	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo circulante	44.939	85.771	33.232	18.528	6	6.253	4	3.309	-	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	8.654	122.114	3.023	603	10	1	1	414	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante	27.369	48.111	3.413	13.854	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	11.772	44.891	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	14.458	114.883	32.842	5.277	(4)	(4)	(4)	6.252	1.230	172.667	172.667	172.667	172.667	172.667	172.667
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2014	(13.525)	85.633	21.825	(11.831)	5	4.011	338	86.452	-	-	-	-	-	-	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior	2.346	24.383	-	(503)	-	1.956	309	28.491	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (c)	26.610	1.572	-	20.539	-	-	-	766	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e distribuídos (b)	(1.971)	(762)	-	(5.927)	-	-	-	58.636	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de participações societárias	(973)	3.295	14.669	(2.928)	(5)	285	(183)	14.160	-	-					



INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

• continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fiscais	-	166
ICMS sobre ativação de máquinas	-	2.357
Contribuição Previdenciária - Cooperativas	-	1.267
Compensação de IRPJ 2002 e 2003	-	2.267
Cíveis	4.192	3.545
Perdas e danos	2.444	1.611
Trabalhistas	7.903	8.946
Total	14.539	16.332

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis, a Administração registrou provisão para passivos eventuais, cuja movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fiscais	49.139	3.086
Cíveis	1.140	1.289
Trabalhistas	2.905	3.051
(-) Depósitos judiciais	(45.288)	(1.828)
Total Controladora	7.896	5.598
Processos em subsidiárias	338	47
Total Consolidado	8.234	5.645

Em 31 de dezembro de 2015, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue: **(a) Processos fiscais:** Corresponde a provisão para: (i) PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$ 8.582 (2014 - R\$ 8.040) e R\$ 39.532 (2014 - R\$ 37.032), respectivamente. (ii) Os demais processos tributários somam R\$ 1.106 (2014 - R\$ 1.205). **(b) Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revolvimento de contratos; (ii) indenizações por acidente de trabalho/dano; (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. **(c) Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade previdenciatória; (iv) indenizações por acidente de trabalho/dano; (v) responsabilidade ocupacional e (vi) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. **(d) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 49.100 (2014 - R\$ 46.689), dos quais R\$ 48.114 (2014 - R\$ 45.288) refere-se ao PIS e a

COFINS sobre o ICMS de vendas conforme item (a) (i) e os demais depósitos são de diversas naturezas e classificados no ativo não circulante.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controladora Romini, para qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.649	8.559	8.855	9.231
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(901)	(2.910)	(3.011)	(4.193)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto em controlada	4.814	1.770	—	—
IR/CSLL diferidos de subsidiárias	—	—	(4.206)	(1.401)
Prejuízo acumulado utilizado de subsidiárias não constituído IR diferidos	—	—	2.484	—
Pesquisa e desenvolvimento	—	348	—	348
Juros sobre o capital próprio	—	110	—	110
Participação de Administradores	(79)	(91)	(79)	(91)
Outras adições (exclusões), liquidades (i)	(230)	(551)	3.303	566
Recita de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	3.604	(1.324)	(1.509)	(4.661)

(i) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controladora Romini ser optante pelo regime de lucro presumido e ser apresentadas. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Correntes	1.662	(2.810)	(4.025)	(2.715)
Diferidos	3.604	(1.324)	(1.509)	(4.661)
Total	5.266	(4.134)	(5.534)	(7.376)

	2015		2014	
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):				
Estoque - provisão para realização	58.636	14.649	5.278	19.927
Reintegração de máquinas	10.991	989	3.725	844
Prejuízo fiscal	31.338	6.883	3.099	9.982
Investimentos	1.390	347	125	472
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.213	302	109	411
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	55.439	13.850	659	14.509
Comissões condicionadas	11	3	1	4
Participação dos administradores	527	—	47	47
Outras diferenças ativas temporárias	1.066	77	21	1.064
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado	162.651	39.555	10.586	50.141
Passivo (ii):				
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:				
Base do deságio da controladora Romini	4.563	1.025	378	1.403
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	158.088	38.530	10.208	48.738
Base do deságio na aquisição de controlada (i)	19.029	11.296	—	11.296
Main value apurado na aquisição Burtchardt + Wleber (B+W)	23.233	—	—	23.233
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	92.562	32.711	32.711	72.557

(i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem ocasionar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controladora Romini e da Romi Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perimento do investimento. Em 31 de dezembro de 2015, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

Base do deságio da controladora Romini

	2015		2014	
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):				
Estoque - provisão para realização	58.636	14.649	5.278	19.927
Reintegração de máquinas	10.991	989	3.725	844
Prejuízo fiscal	31.338	6.883	3.099	9.982
Investimentos	1.390	347	125	472
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.213	302	109	411
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	55.439	13.850	659	14.509
Comissões condicionadas	11	3	1	4
Participação dos administradores	527	—	47	47
Outras diferenças ativas temporárias	1.066	77	21	1.064
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado	162.651	39.555	10.586	50.141
Passivo (ii):				
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:				
Base do deságio da controladora Romini	4.563	1.025	378	1.403
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	158.088	38.530	10.208	48.738
Base do deságio na aquisição de controlada (i)	19.029	11.296	—	11.296
Main value apurado na aquisição Burtchardt + Wleber (B+W)	23.233	—	—	23.233
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	92.562	32.711	32.711	72.557

16. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo mobilizado e dos estoques. Em 31 de dezembro de 2015 a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edifícios - R\$ 140.852; (ii) máquinas e equipamentos - R\$ 335.333; (iii) estoques - R\$ 251.808; (iv) obras - R\$13.877.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

(a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos de capital relacionados: **Caixa e equivalentes de caixa:** reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. **Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas Notas 5 e 6. **Financiamentos - Financiamentos - FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas Notas 13 e 14. A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros contidos em seu balanço patrimonial são de baixo risco, visto que são negociados em mercados líquidos e de liquidez imediata. **(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** **Risco de preço das mercadorias:** esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacionais e internacionais. **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos aplicados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis como LIBOR e CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando valores adequados de mercado. **Risco de taxa de câmbio:** esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avia a exposição cambial. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos possuem à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação, fornecedores e contratos de mútuos com as controladas situadas nos Estados Unidos da América e na Europa. **Risco de crédito:** advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos cedidos com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido à pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia possui investimentos em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para garantir níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentadas nas notas de informações financeiras da Companhia e suas controladas nos recibos de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Menos de um ano		Entre um e dois anos		Entre dois e cinco anos		Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2015								
Financiamentos	48.825	88.525	61.230	2.472	—	—	—	—
Fornecedores	28.400	—	—	—	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2014								
Financiamentos	104.916	101.669	12.782	1.125	—	—	—	—
Fornecedores	30.992	—	—	—	—	—	—	—

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. **Risco de gerenciamento de capital:** o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e beneficiários a outros partes interessadas e de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, liquidas de caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração:

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Total dos financiamentos	368	480.511	391.551	498.398
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(102.580)	(106.170)	(144.581)	(145.580)
Finame Fabricante a receber (Nota 5)	(220.449)	(305.814)	(220.449)	(305.814)
Dívida líquida	45.964	68.527	26.521	47.004
Outro patrimônio líquido	670.719	642.537	672.995	644.161
Total do capital	716.683	711.064	699.516	691.165
Índice de alavancagem financeira - %	6%	10%	4%	7%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: (i) Variações na moeda estrangeira: As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no Balanço Patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	1.265	6.164	—	—
Duplicatas a receber	32.257	(612)	—	—
Partes relacionadas a receber	(12.926)	(12.926)	—	—
Fornecedores	(18.146)	—	—	—
Exposição ativa líquida	18.146	—	—	—

A seguir está demonstrada a perda que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	23.431	29.289	35.147	—	—	—
O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil, considerando a cotação de média projetada para o ano de 2016. Os cenários II e III consideram uma redução do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.	—	—	—	—	—	—

(ii) Variações na taxa de juros: Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI. Em 31 de dezembro de 2015, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP:

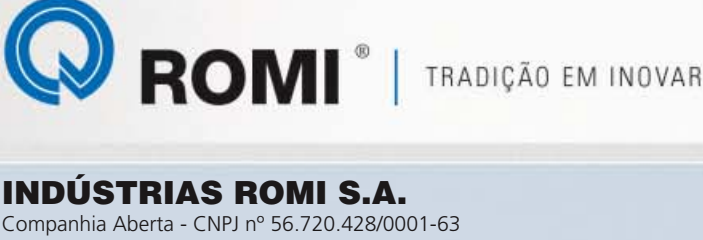
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Certificado de depósito bancário "CDB" (Nota 4)	65.655	81.164	—	—
Total de empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP	(12.688)	(12.688)	—	—
Total de empréstimos e financiamentos vinculados à SELIC	(12.688)	(12.688)	—	—
Exposição ativa líquida	40.279	55.788	—	—

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados à TJLP e à SELIC, líquidos das aplicações financeiras, indexadas ao CDI. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário I	Cenário II	Cenário provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	3.175	4.763	6.350	7.938	9.525	9.525
Exposição ativa líquida	4.251	6.377	8.502	10.628	12.753	12.753

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA, considerando as taxas projetadas para 31 de março de 2016. Os cenários I e II consideram uma redução das taxas de juros em 50% e 25%, respectivamente, e os cenários III e IV consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente. Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento específico vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros desses financiamentos. **(c) Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	102.580	106.170	144.581	145.580
Duplicatas a receber	64.951	71.431	131.067	114.623
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	220.449	305.814	220.449	305.814
Fornecedores	33.820	71.842	—	—
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	7.730	1.774	9.625	4.999
Depósitos judiciais	986	1.471	986	1.471
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	194.084	230.434	216.642	248.321
Financiamentos - FINAME fabricante	174.909	250.077	174.909	250.077
Outras contas a pagar	6.346	6.953	23.499	14.243
Partes relacionadas	634	595	—	1.081



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Administradoras e Acionistas

Indústrias Romi S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Indústria Romi S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Indústria Romi S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústria Romi S.A. e das suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos - Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado:** Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P00160/O-5 "F"

Campinas, 16 de fevereiro de 2016

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 15P175536/O-5

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 84.696.814/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2015 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Santa Bárbara d'Oeste, 15 de fevereiro de 2016

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.491	17.784
Contas a receber de clientes	9	14.436	145
Impostos a recuperar		305	326
		<u>33.232</u>	<u>18.255</u>
Não circulante			
Propriedades para investimentos	7	949	949
Outros investimentos		73	65
Imobilizado	8	2.001	4.511
		<u>3.023</u>	<u>5.525</u>
Total do ativo		<u>36.255</u>	<u>23.780</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota	Reservas		Reserva de lucros legal	Total	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de retenção				
Em 1º de janeiro de 2014	17.451	80	3.335	3.490	6.825	24.356
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	6.281	6.281
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	6.281	6.281
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	10	—	(3.335)	—	(3.335)	(3.852)
Retenção de lucros	10	—	2.429	—	2.429	(2.429)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	17.451	80	(906)	—	(906)	(6.281)
Em 31 de dezembro de 2014	17.451	80	2.429	3.490	5.919	23.560
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	15.761	15.761
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	15.761	15.761
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	10	—	(2.429)	—	(2.429)	(4.705)
Dividendos pagos (equivalente a R\$ 0,76 por ação)	10	—	—	—	—	(1.664)
Dividendos propostos	10	—	11.821	—	11.821	(11.821)
Retenção de lucros	10	—	9.392	—	9.392	(15.761)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	17.451	80	11.821	3.490	15.311	32.842
Em 31 de dezembro de 2015	17.451	80	11.821	3.490	15.311	32.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra e venda e locação de imóveis próprios; a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma; a administração de bens próprios ou de terceiros; a intermediação de negócios imobiliários e corretagens em geral, inclusive seguros; prestação de fianças avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais; prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 15 de fevereiro de 2016.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas são aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vindo a partir de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações em títulos com alta liquidez e riscos insignificantes de perda de valor, com vencimentos originados de até três meses. Estão registrados ao custo ou de acordo com o mercado, e quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.3. Ativos financeiros - emprestimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" (Notas 2.2 e 2.4, respectivamente). A administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e valores a receber de aluguel de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.5. Propriedades para investimentos e ativo imobilizado: Propriedades para investimentos:** Estão registradas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para possíveis perdas na sua realização, quando necessária. **Ativo imobilizado:** O imobilizado é composto basicamente por terrenos e prédios que são mensurados pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção dos novos ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, sendo que a vida útil estimada das edificações é de 25 anos. Terrenos não são depreciados. **2.6. Passivos financeiros: Classificação dos passivos financeiros:** Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos financeiros inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.7. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido, sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (RPP) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias; • 32% sobre receitas e serviços; • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo com o imposto de renda é calculado alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R\$ 240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor de realização (ativo) e pelos valores contábeis ou calculáveis, acrescido quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.9. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. **2.10. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisões para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda do imóvel localizado na cidade de São Paulo-SP e de aluguéis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.12. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3. USO DE ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adriana Romi - Vice-Presidente
Eugênio Guimarães Chiti - Membro

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Willian dos Reis - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradoras e Acionistas

Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Indústria Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P00160/O-5 "F"

Campinas, 15 de fevereiro de 2016

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 15P175536/O-5

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida		12	13.859
Custo das vendas		8	(2.459)
Lucro bruto		16.400	4.974
Despesas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	14	(1.100)	(495)
Honorários da administração	9	(96)	(124)
Outras receitas operacionais, líquidas		15.204	1.837
Lucro operacional		13	2.147
Receitas financeiras		13	(4)
Despesas financeiras		13	(4)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.347	8.085
Imposto de renda e contribuição social		(1.586)	(1.804)
Lucro líquido do exercício		15.761	6.281
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	10	2,45	1,01

Não há outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados, além do lucro líquido do exercício. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.347	8.085
Ajuste de:		
Depreciação	51	58
Gainho na alienação de investimento	—	(1.837)
Valor residual de alienação de ativo	2.459	—
Variações nos ativos e passivos	19.857	6.306
Contas a receber	(14.291)	11
Impostos a recuperar	21	(173)
Impostos e contas a pagar	1.076	(7)
Caixa gerado nas atividades operacionais	6.663	6.137
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.232)	(1.865)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.431	4.272
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aumento de investimentos	(8)	(8)
Alienação do imobilizado	—	2.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(8)	1.992
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.716)	(7.191)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.716)	(7.191)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	707	(927)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.784	18.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.491	17.784

Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.276, pagos durante o exercício social de 2015, oriundos de lucros apurados no 1º semestre de 2015. Em 23 de julho de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos antecipados no valor de R\$ 3.852, pagos durante o exercício social de 2014, oriundos de lucros apurados no 1º semestre de 2014. **Reserva legal:** De acordo com o previsto no Artigo 153 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não registrou valor como reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros:** Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionado à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2016, a ser notificado pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras. **Lucro por ação:** O lucro líquido por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Lucro líquido do exercício: Média ponderada das ações no exercício - em milhares: 15.761 (6.281); 6.191 (6.191); 2,55 (1,01). O lucro líquido por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhuma instrução com efeito diluidor sobre o lucro por ação.

11. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar com uma entidade de previdência privada, devidamente autorizada, desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus Administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e classificado como contribuição definida. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuação permanente de suas contribuições. O custo deste plano é suportado pela Companhia de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis os Administradores. O montante de contribuições despendidas pela Companhia foi de R\$ 1 (R\$ 2 em 2014).

12. RECEITA

A receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 possuem a seguinte composição:

	2015	2014
Receita operacional bruta - mercado interno	19.572	5.162
Impostos e contribuições	(714)	(189)
Receita operacional líquida	18.858	4.974

13. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Rendimentos de aplicações financeiras
Of sobre operações financeiras

	2015	2014
	2.143	1.893

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Depreciação de imóveis
Despesas com avaliação de ativos
Tributárias
Outras

	2015	2014
	1.100	495

15. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia na qualidade de arrendadora das suas propriedades, conforme descrito na Nota 8, determina no contrato de locação dos imóveis que a responsabilidade pela contratação do seguro para cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros, é do arrendatário. A Administração da Companhia monitora a suficiência dos valores contratados com base na orientação de riscos feita por consultores especializados, e a vigência da apólice e manutenção dos pagamentos mensais de prêmios, através da obtenção de documentação suporte.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía processos judiciais com probabilidade de perda provável ou possível que deveriam ser provisionados ou divulgados, respectivamente.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2016, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2015, o total de R\$ 13.485, pago em 20 de janeiro de 2016, sendo o valor de R\$ 1.664 oriundo do lucro do exercício e R\$ 11.821 oriundo da reserva de lucros existentes em 31 de dezembro de 2015. Em 14 de janeiro de 2016, a Companhia recebeu o valor de R\$ 14.400 referente à venda do imóvel localizado na cidade de São Paulo.

CONTADOR

José Carlos Pantaroto
CRC SP 200388/O-5 - CPF: 822.534.808-78

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P00160/O-5 "F"

Campinas, 15 de fevereiro de 2016

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 15P175536/O-5